



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 9.395, DE 2017.

Dispõe sobre o ressarcimento dos oficiais de registro civil das pessoas naturais pelos atos gratuitos efetivamente praticados e não compensados.

Autor: Deputado Carlos Gomes

Relator: Deputado Darci de Matos

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 9.395/2017, para determinar o ressarcimento dos oficiais de registro civil das pessoas naturais pelos atos gratuitos efetivamente praticados e não compensados.

O autor do Projeto lembra que *“a Constituição de 1988 previu a delegação a particulares da atividade de registro público (art. 236), que é remunerada pelo valor dos emolumentos obtidos pelos delegatários. Dessa forma, a combinação das normas mencionadas no parágrafo antecedente resultou na falta de recursos para a manutenção dos serviços de diversos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais”*.

Ressalta que, *“para a resolução de tal problema, a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, destinada a regulamentar o § 2º do artigo 236 da Constituição, deixou a cargo dos Estados e do Distrito Federal o estabelecimento das formas de compensação dos registradores civis de pessoas naturais pelos atos gratuitos”, fixando prazo de 90 (noventa) dias para regulamentação, prazo não cumprido “na maior parte dos entes da federação”*.

Argumenta que *“foram instituídos Fundos de recursos provenientes de percentual dos emolumentos cobrados pela prática de outros atos notariais e de registro, a fim de promover a justa compensação dos registradores de pessoas*



CÂMARA DOS DEPUTADOS



naturais. cremos que, na hipótese de haver saldo disponível em tais fundos, mostra-se razoável corrigir os efeitos danosos advindos da mora dos legisladores locais, promovendo a compensação por atos já praticados”.

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT), acompanhando o parecer do Relator, Dep. Jerônimo Goergen, concluiu *“pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 9.395/2017”.*

Competia à **Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania** a análise do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e mérito da proposição.

Exaurido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

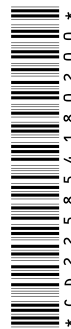
Senhores Deputados, no caso concreto, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise da constitucionalidade, da juridicidade, da boa técnica legislativa e do mérito da proposição.

Quanto à **Constitucionalidade Formal**, o presente projeto encontra amparo nos artigos 22, inc. XXV, 48, *caput* e 61, *caput*, todos da Constituição Federal de 1988.

Já em relação à **Constitucionalidade Material**, a proposição em nada viola regras ou princípios da Constituição Federal de 1988, mas está em harmonia com a norma do art. 236 da Carta Magna, que pressupõe justamente o pagamento de emolumentos para serviços cartorários.

Ademais, o texto referido tem **juridicidade**, considerando que, além de inovar no ordenamento jurídico brasileiro, não contraria regras e princípios de Direito.

Quanto à **Técnica Legislativa**, a proposição citada atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



No mérito, a proposição cria justiça com os serviços de diversos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, promovendo a devida compensação pelo trabalho, mediante a utilização de saldo disponível em fundos de emolumentos.

Contudo, entendo que podemos apresentar Substitutivo, para promover alterações no Código Civil na parte que trata de Registro Civil das Pessoas Naturais, modernizando o código com a recente edição da Lei 14.382/2022.

Ante o exposto, **voto pela Constitucionalidade, Juridicidade e Boa Técnica Legislativa do PL nº 9.395/2017, e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo que ora apresento.**

Sala da Comissão, 23 de novembro de 2022.

Deputado Darci de Matos (PSD-SC)
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.395, DE 2017

Dispõe sobre o ressarcimento dos oficiais de



CÂMARA DOS DEPUTADOS



registro civil das pessoas naturais pelos atos gratuitos efetivamente praticados e não compensados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o ressarcimento dos oficiais de registro civil das pessoas naturais pelos atos gratuitos efetivamente praticados e ainda não compensados.

Art. 2º Havendo saldo orçamentário nos Fundos instituídos pelos Estados e pelo Distrito Federal como forma de compensação pelos atos gratuitos previstos na Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, os oficiais de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas serão ressarcidos pelos atos efetivamente praticados que ainda não tenham sido compensados até a data da publicação desta Lei.

Art. 3º A Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.525. O requerimento de habilitação para o casamento será assinado por ambos os nubentes, ou, a seu pedido, por procurador, e deve ser instruído com os seguintes documentos:

.....” (NR)

“Art. 1.526. A habilitação será feita perante o oficial do Registro Civil, presencialmente ou em meio eletrônico.

.....” (NR)

“Art. 1.527. Estando em ordem a documentação, o oficial extrairá o edital, que será publicado eletronicamente em jornal ou periódico devidamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

.....” (NR)

“Art. 1.531. Cumpridas as formalidades dos artigos anteriores deste Capítulo, o oficial de registro extrairá o certificado de habilitação em até cinco dias úteis, a contar da entrada da documentação para a habilitação em cartório.

.....” (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

.....
“Art. 1.533. Celebrar-se-á o casamento presencialmente ou por videoconferência, perante qualquer serventia de registro civil das pessoas naturais, desde que os nubentes se mostrem habilitados com a certidão do art. 1.531”. (NR)

“Art. 1.534. A solenidade realizar-se-á na sede do cartório, com toda publicidade, a portas abertas, presentes pelo menos duas testemunhas, parentes ou não dos contraentes, ou, querendo as partes e consentindo a autoridade celebrante, noutro edifício público ou particular, ou ainda por videoconferência.

.....” (NR)

Sala da Comissão, 23 de novembro de 2022.

Deputado Darci de Matos (PSD/SC)
Relator

